



A Ausência dos pobres na Educação Universitária Pública a Distância e a quebra de paradigmas.

7- Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Social

Roberto da Silva.
kalil@usp.br
Professor Livre Docente da
Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo

O acesso ao Ensino Superior, por si só não resolve o problema da histórica marginalização do povo afrodescendente no Brasil. O Sistema de Cotas visa aumentar as oportunidades para que pessoas historicamente excluídas do sistema de Ensino Superior possam competir por vagas em condições minimamente equilibradas, nos moldes das *políticas indenizatórias* que o Brasil pratica desde 1960 no Ensino Fundamental, assegurando alimentação, transporte, uniforme e livro didático para crianças e adolescentes filhos de famílias pobres. O Sistema de Cotas não significa também a legitimação do Ensino Superior tal como está concebido hoje, mas apenas e tão somente o reconhecimento de que o acesso a ele é uma condição importante para aumentar a competitividade de homens e mulheres negros pelas oportunidades que o conjunto da sociedade brasileira cria. A maior presença de homens e mulheres negras nos cursos de graduação não é suficiente para alterar os padrões sobre os quais se assentam a Educação brasileira porque a elite de doutores, consultores, técnicos e burocratas que tomam decisões ainda é predominantemente branca e alinhada aos interesses de classe, do dinheiro e dos objetivos políticos ideológicos do Estado e dos governos.

Uma coisa é tomar posse dos mesmos códigos, símbolos e valores das classes dominantes que são produzidos e reproduzidos por meio da Educação e da escola e de posse deste poder simbólico, disputarem de igual para igual os mesmos postos de comando e de poder na complexa estrutura da sociedade brasileira. Outra coisa muito distinta, que não tem necessariamente a ver com um projeto de poder, mas com um projeto cultural para o povo afrodescendente é pensar uma Educação que acolha que valorize e que divulgue os elementos da cultura negra no Brasil e que seja significativo para a formação da consciência das novas gerações.

Esta questão pode produzir as seguintes interrogações: a educação do negro deve ser diferente da educação do branco? Quais os elementos da educação de brancos que precisam ser problematizados e rejeitados pelo povo negro? De outra forma, quais os elementos que são próprios da educação do povo negro? A concepção de uma educação específica para o povo negro constitui fator de acirramento das disputas étnicas e raciais?

Nenhuma resposta a estas questões deve nos levar a extremos. A existência milenar do povo negro justifica pensar em uma *antropoeducação*, fundada na História, nas tradições, na cultura e nos valores de nossos ancestrais e isto é perfeitamente legítimo e aceitável em qualquer cultura ou civilização que se queira democrática. O desastre da escravidão introduz nesta antropoeducação um fator que não é originária do povo negro, mas que se torna predominante em qualquer proposta educacional para o povo negro: a resistência cultural. A história da Educação do povo negro, agora somada ao fator resistência cultural imprime à proposta de Educação do povo negro uma esperança de libertação, de emancipação em relação ao jugo da cultura opressora e de autonomia em relação às suas formas de pensar, de sentir e de agir.

Pensar a comunidade e não o indivíduo isoladamente. Conceber o desenvolvimento como um processo coletivo em que todos crescem, amadurecem e se aperfeiçoam enquanto povo e não o

desenvolvimento enquanto meta futurística a ser atingida a qualquer custo. Conceber os filhos como patrimônio coletivo da comunidade e não como propriedade privada sobre os quais se exerce direito de vida e morte. Aceitar os idosos como guardiões das tradições e da memória de um povo e não como obstáculo. Aceitar a mulher como eixo central da vida social e cultural da comunidade e não como objeto sexual descartável. Exercer a influência, o conhecimento e o poder em favor da manutenção da unidade e do desenvolvimento coletivo e não para colher prestígio e acumular riquezas que serão disputadas com unhas e dentes depois da morte. Relacionar-se com a terra, com o meio ambiente, plantas, animais e os recursos naturais a partir de uma relação recíproca entre homem e natureza e não aquele como dono e explorador desta. Enfim, ter uma visão integral dentro da qual cada um se veja como parte de um todo, que afeta o todo e que é afetado por ele e não como um ser descompromissado e que vive em função das próprias ambições individualistas.

Estes são alguns dos elementos capazes de diferenciar a Educação do povo negro em relação à Educação do povo branco e que, guardadas as devidas proporções, são comuns também aos povos indígenas.

No espaço dos Quilombos e das nações indígenas esta perspectiva pedagógica é denominada de *Educação comunitária*, isto é, Educação que é responsabilidade de todos os integrantes do mesmo grupo social e que é feita em todos os momentos e em todos os espaços nas relações humanas e sociais. A Educação comunitária ocorre de forma intergeracional, com os mais velhos ensinando os mais novos e o conteúdo da ação educativa é formado, predominantemente, pela relação com os ancestrais, a relação com o meio ambiente, a interação humana e o papel que cada um deve exercer dentro do grupo.

No contexto das cidades, das metrópoles e das megalópoles, em que a dispersão do povo negro compromete a percepção de suas origens, de sua unidade étnica, racial e cultural e que é obrigado a viver dentro de uma imensa diversidade étnica, cultural e religiosa, não seria apropriado falar em Educação comunitária, mas sim em Educação Social, isto é, uma Educação que o habilite a transitar, não mais no limitado espaço de uma comunidade, mas no amplo, multifacetado e instável espaço das sociedades complexas.

As bases antropológicas da Educação do povo negro existem e são inquestionáveis, mas por si só esta antropeducação não é capaz de reconstituir nas sociedades complexas a unidade étnica e cultural do povo negro. É necessária, portanto, uma ação educativa, organizada, sistemática e contínua que potencialize os dois elementos da antropeducação que acima identificamos: a qualidade do que é histórico e a resistência. Claro que esta ação educativa não terá origem nas classes dominantes, não é desejável que seja concebida por brancos e nem que ela seja orientada apenas por pressupostos acadêmicos científicos. A esta ação educativa, intencional, dirigida, com objetivos e metas muito claras e dimensionadas no tempo e no espaço podemos dar o nome de *etnopedagogia*.

Quais são as instituições, quem são as lideranças, quais as instâncias do Movimento Negro mais legítimas para promover a Educação do povo negro? Aqui vale lembrar Paulo Freire quando diz que “ninguém educa ninguém, os homens se educam em comunhão”. O negro – assim mostra a História -educa e se educa em comunidade. Sempre que o negro saiu de sua comunidade e esteve sob a influência cultural de outros povos e culturas que não as suas ele foi dominado, subjugado, escravizado e marginalizado.

Educafro, isto é, Educação de afrodescendentes, com todas as contradições que eventualmente possa ter como instituição nascida no seio de uma ordem religiosa católica, é uma das expressões desta proposta, tão legítima quanto qualquer outra, envolvendo hoje 255 núcleos originários nas próprias comunidades que atende 2.550 professores voluntários, 1.270 coordenadores de núcleos e mais de 13.000 alunos atendidos atualmente.

Mas o que é a Educação Social promovida pela Educafro e de que forma a etnopedagogia se faz presente dentro dela?

A análise das experiências constituídas no âmbito dos movimentos sociais e das Organizações Não Governamentais reafirmam a convicção de que a Educação do povo afrodescendente precisa estar intimamente articulada com a realidade social brasileira e embebida, como dizia Paulo Freire, da história e da rica tradição cultural forjada por seus antepassados nos mais diversos rincões deste país. A Educação proporcionada pela Educafro, ao incorporar o componente étnicoracial como elemento fundador de sua proposta pedagógica se distingue em relação às outras instâncias do movimento sociais brasileiros.

Este componente étnicopedagógico deve ser a expressão do compromisso de cada homem e mulher atendidos pela Educafro – negro ou não negro -, e que em curto, médio e longo prazos devem mudar

algumas regras dominantes na sociedade brasileira:

- Pessoas formadas em Ciências da Saúde para dar a atenção que requer a especificidade da saúde do povo negro;
- Pessoas formadas em Ciências Jurídicas para mediar conflitos a partir de outros referenciais doutrinários que não a criminalização e o encarceramento de negros e pobres;
- Pessoas formadas em Ciências da Educação para pensar a Educação a partir de outros referenciais que não os das culturas hegemônicas e dominantes;
- Pessoas em condições de orientar e coordenar pesquisas para imprimir outro raciocínio que não a exploração irracional dos recursos naturais;
- Pessoas em postos de comando e de decisão para romper com a lógica desenvolvimentista que só olha para frente, ignora o passado e sacrifica o presente;
- Pessoas enfim, que sejam capazes de pensar o Universo, a vida e o planeta como patrimônios comuns de todos nós e não como privilégio de uns poucos que possuem riqueza, títulos e poder, mas não dignidade e honra.

Como se observa, a etnopedagogia não está impregnada de qualquer valor antiquado de preconceito racial porque não é a *Educação de negros pelos negros* e a favor da *negritude* contra os não negros. A *etnopedagogia*, de início, já quebra um dos principais padrões da Educação de classes que é a idéia de *uma Educação pobre para pobres* e significa expressivo avanço no sentido de afirmar a unidade cultural, social e política do povo afro e de difundir para os indígenas, amarelos e brancos o compromisso pelo respeito à diversidade étnicoracial e cultural, tal como apregoa a Lei Federal 10.639.

Educação Social é a ação educativa que privilegia o coletivo, a comunidade e visa à participação, a cooperação e o desenvolvimento de habilidades e capacidades que beneficiam a sociedade em geral. O sucesso profissional, a empregabilidade, a respeitabilidade e a remuneração financeira são conseqüências do processo de legitimação social do próprio grupo dentro do qual se atua. A Educação Social é a contraproposta à Educação individualista, de coleção de títulos e diplomas que alimentam a competição e a ambição desenfreada.

A Educação Social situa-se dentro da área de conhecimento chamada Pedagogia Social e tem como conjunto de conhecimento a Teoria Geral da Educação Social, fortemente amparada nos ensinamentos de Paulo Freire.

A citada historicidade do povo negro suscita uma forte ação educativa no campo da cultura, o que principia um dos domínios de atuação da Educação Social: o domínio sociocultural, que tem como áreas de concentração as manifestações do espírito humano, expressas por meio do corpo, dos sentidos e do pensamento, tais como as artes, a Cultura, a música, a dança e o Esporte em suas múltiplas manifestações e modalidades, áreas em que sabidamente o afrodescendente transita com bastante desenvoltura. A saúde, como expressão da relação do ser humano com o meio e de sua ligação umbilical com a terra, também integra este domínio.

Pelas características destas manifestações, os lugares privilegiados para a intervenção sociocultural são todos os espaços públicos e privados onde elas possam acontecer. A intervenção neste domínio tem por objetivo a harmonização do afrodescendente com suas dimensões históricas, culturais e políticas e visam dotá-las de sentido para o sujeito desta modalidade de intervenção.

O fator resistência, também citado acima, pressupõe fortes ações no sentido de promover e garantir direitos a quem deles foi usurpado no passado e esta linha de ação configura o domínio socioeducativo. O domínio sociopedagógico tem como áreas de concentração a Infância, Adolescência, Juventude e Terceira Idade. A intervenção sociopedagógica neste domínio tem como objetivo principal o desenvolvimento de habilidades e competências sociais que permitam ao afrodescendente a ruptura e superação das condições de marginalidade, violência e pobreza que caracterizam sua exclusão social.

Por suas características, é lugar privilegiado para a intervenção sociopedagógica o conjunto jurídico,

policial e administrativo que a sociedade criou e que utiliza para readaptá-los socialmente, como são os casos de abrigos, unidades de internação de adolescentes autores de ato infracional, asilos para idosos, albergues para migrantes e imigrantes, instituições psiquiátricas e unidades prisionais, mas também considera a rua, a família e a empresa enquanto espaços que também servem a estes propósitos.

A antropoeducação – ou etnopedagogia – enquanto ação educativa organizada, sistemática, contínua e intencional pressupõe uma consciência étnica que se traduz em compromissos da Educação Social para com o povo negro. Esta perspectiva configura outro campo de atuação da Educação Social, o domínio sociopolítico.

Este domínio tem como áreas de concentração os processos coletivos, sociais e políticos, expressos, por exemplo, na forma de participação, protagonismo, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, geração de renda e gestão social. A intervenção sociopolítica tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades e competências para qualificar a participação na vida social, política e econômica da comunidade onde o afrodescendente está inserido ou dos espaços onde ele/ela queira estar como sujeito. A intervenção sociopolítica tem como lugar privilegiado de ação a comunidade, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, empresas, igrejas, partidos políticos e governos.

Como se vê, temos todos os elementos necessários para dotar a Educafro de uma estrutura teórica, conceitual e metodológica genuinamente brasileira e configurá-la dentro da área de conhecimento das Ciências da Educação. Esta composição teórica, conceitual e metodológica, enquanto diretrizes gerais para orientar a formação, a pesquisa e a mobilização social pode também dotar a Educafro de uma *tecnologia social* do mais alto significado, a ser compartilhada com os seus núcleos e com todos aqueles – pessoas, instituições, movimentos sociais ou governos – que queiram fazer sinceros e honestos esforços para a definitiva libertação e emancipação do povo negro no Brasil.

Tarefa: pesquisar entre os alunos do núcleo quantos tem parentes que fazem cursos em Universidades Públicas a distância e por quais cursos optou?